

AS POLÍTICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CANDIOTA/RS

AISLLAN AUGUSTO DE SOUZA¹; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹Universidade Federal de Pelotas – aisllansouza@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – fatimacossio@ig.com.br

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se refere à dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação FaE/UFPel na linha de Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente e tem por fim analisar a gestão educacional do município de Candiota/RS, focando na organização, formulação de políticas e práticas de gestão da educação. Pretende-se investigar quais os possíveis impactos das atuais políticas do governo federal, especialmente do Plano de Ações Articuladas - PAR, no processo de organização e implementação de projetos educacionais locais por parte da rede e das escolas do município. A educação como direito de todos e, notadamente, a Educação Básica como instrumento para a formação, para a cidadania e para o trabalho tem sido alvo de maior preocupação por parte do governo federal no que tange ao seu papel de coordenador e indutor de políticas públicas. Porém, percebe-se que esta indução vem, de certo modo, orientada pela nova configuração do capitalismo - humanizado ou *da terceira via* - e, com maior visibilidade, pelo uso da lógica gerencialista na gestão pública, pautado pelas perspectivas das empresas privadas, refletindo-se na forma de organização e gestão da educação.

O Estado está assumindo o papel coordenador da política nacional, com o intuito de gerar mais equidade na elevação da oferta e qualidade educacional, porém, por outro lado, tem sido notável o aumento no nível de regulação e controle da União sobre os entes federados, reduzindo a capacidade de autonomia e de produção original de projetos educacionais próprios. Acreditando na importância das formas locais de organização e gestão visando uma maior qualidade da educação, além das práticas inovadoras ou formas diferentes de concepção/execução da política nacional e que estas novas formas - para que não haja desperdício - devam ser conhecidas, nos propomos analisar a educação de uma pequena cidade da campanha gaúcha, buscando desvelar os possíveis impactos das macro-políticas nacionais na educação local.

2. METODOLOGIA

O trabalho se encontra em fase inicial, porém, o método a ser utilizado é o de estudo de caso, sob abordagem qualitativa. Este método permite compreender em profundidade os fenômenos que envolvem o objeto de estudo. O desenvolvimento do estudo de caso é composto de três fases: a primeira, aberta ou exploratória; a segunda, sistemática em termos de coleta de dados; a terceira consiste na análise e interpretação dos dados e na elaboração da escrita.

Serão aprofundados os estudos sobre gerencialismo (BALL, 2001) e sobre regulações ou re-regulações das políticas educacionais a partir de MAROY (2006;

2011) e João Barroso (2005; 2006), os conceitos de emancipação e democracia em SANTOS (2000, 2003, 2004, 2007) bem como suas considerações quanto às experiências contra-hegemônicas no âmbito local para influenciar outras experiências emergentes em âmbito mais global e, por fim, as considerações sobre autoria e controle de CÓSSIO, RODRIGUEZ e LEITE (2012)

Considerando os referenciais citados, pretende-se analisar as políticas em três níveis: nacional, intermediário e local.

No nível nacional, serão analisadas as principais políticas do governo federal para a educação básica, verificando as formas de regulação em vigor nas relações entre a União e os entes federados. No nível intermediário localizam-se as formas de adesão e execução das políticas pela Secretaria Municipal de Educação, verificando, sobretudo, de que maneira são assumidas as políticas do governo central e quais as formas de implementação. O terceiro nível é o nível local, o das escolas. Para a coleta de dados serão realizadas entrevistas semiestruturadas, de preferência gravadas em mídia de áudio e/ou vídeo; visitas à SME e às escolas do município para conhecer os contextos de cada instituição; participação em reuniões, conferências e ações pertinentes ao objeto de estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa, por estar em um estágio inicial de abastecimento teórico e de pesquisa bibliográfica na área, ainda não trás resultados referentes aos impactos do PAR no município de Candiota, mas se faz alguns apontamentos quanto ao que vem sendo produzido nesta área de estudo. Concorda-se com os argumentos de Neves (2005) defendendo que a mudança da relação entre sociedade civil e aparelho do Estado seria uma expressão do movimento de “repolitização da política”, cuja meta principal seria substituir as oposições, os conflitos e os antagonismos pela noção de colaboração e coesão cívica e/ou social.

Apesar de se identificar a restauração do protagonismo do Estado na formulação e provimento das políticas educacionais, não se pode negar o viés gerencialista que enfatiza e coloca a figura do gestor e do planejamento estratégico como instrumentos de alcance da qualidade da educação e o foco, de cunho performativo, no controle dos resultados por meio da intensificação dos instrumentos de avaliação e pela valorização dos indicadores e *rankings* educacionais (CÓSSIO et. al, 2012).

O que se percebe é a intervenção da União sobre as políticas locais, com o consentimento dos entes federados, condicionados pelos critérios de adesão ao Plano de Metas e, sobretudo, atraídos pelo repasse de recursos para a execução de algumas das ações previstas. Esta indução encaminha para a implementação dessa política sem uma análise mais aprofundada, pois aqueles que ficarão encarregados de implementá-la não participaram da sua formulação.

O Plano de Ações Articuladas - PAR (uma das principais estratégias do Plano de Metas), implica em o Estado ou Município assumir compromissos em termos de elaboração de diagnóstico, visando identificar as principais dificuldades, bem como o planejamento de ações e subações, algumas com transferência direta de recursos da União e outras (a maioria) com recursos próprios.

Através da análise do PAR é possível evidenciar alguns direcionamentos das políticas de governo, tais como: a relação que é estabelecida entre União e Municípios, sem a mediação ou participação dos Estados; a utilização do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) como principal (e praticamente

única) fonte de diagnóstico e demonstrativo de qualidade. Esta lógica acaba por se constituir em limitadora do conceito de qualidade, pois o IDEB avalia o desempenho dos estudantes nos exames padronizados de avaliação nacionais e nos resultados obtidos por escola, mas não considera a infraestrutura das escolas e das redes, a formação dos professores e o plano de carreira, as práticas pedagógicas, dentre outros tantos fatores que evidenciaríamos de modo mais real o nível de qualidade. A homogeneização das ações propostas aos entes subnacionais em território nacional, pois não há projetos por região, não respeita as especificidades locais e/ou culturais das comunidades envolvidas.

4. CONCLUSÕES

Entende-se que as atuais políticas do governo federal para a educação que visam a qualificação da educação básica têm suscitado a intensificação do trabalho dos professores e gestores, que precisam administrar os programas e projetos oriundos do governo federal em convênio com os sistemas/redes e/ou com as próprias escolas, bem como os projetos próprios. Este aspecto encaminha para a lógica da responsabilização institucional e também individual quando responsabiliza os atores (gestores, professores, pais e estudantes) do processo pedagógico - pelo sucesso ou fracasso, conforme os seus modelos de gestão, denotando o caráter da mudança no direcionamento da política educacional, ou seja, a ênfase na qualificação do processo de gestão na perspectiva gerencial.

A perspectiva gerencialista adota padrões, tais como a política de resultados, a cultura do sucesso, a meritocracia, a redução de gastos, o planejamento estratégico, a avaliação, entre outros, que vem sendo incorporados em todos os setores da burocracia estatal, inclusive para os sistemas e escolas públicas.

A preocupação com os resultados educacionais medidos, sobretudo por meio dos exames em larga escala, está ocasionando uma inversão na lógica didático-pedagógica, avaliativa e curricular, orientando os currículos escolares e as práticas dos professores para cumprir as exigências das avaliações externas e não o contrário. Os professores, em grande parte, estão sendo subliminarmente compelidos a pautarem suas aulas e, portanto, o processo pedagógico, no preparo dos estudantes para as provas nacionais do governo federal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- NEVES, L. M. W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade**. São Paulo: Xamã, 2005.
- ABRUCIO, F. L. Os avanços e os dilemas dos modelos pós-burocráticos: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINCK, Peter (orgs.) **A reforma do estado e a administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- CABRAL NETO, A. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (orgs.) **Política educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Liber livro, 2009. p. 169-204.
- MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L. M. W. **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.
- PERONI, V. M. V. Mudanças no papel do Estado e políticas públicas de educação: notas sobre a relação público/privado. In: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José (orgs.) **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado: implicações para a democratização da educação**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Gráfica e Editora da UFPEL, 2011.
- BALL, S. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**. v.1, n.2, p.99-116. 2001.
- _____. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p. 1105-1126. 2004.
- CÓSSIO, M. F.; HYPOLITO, A. M.; LEITE, M. C. L.; DALL'IGNA, M. A. Gestão Educacional e reinvenção da democracia; questões sobre regulação e emancipação. **Revista da ANPAE**. v.26. n.2. p.209-408, 2010.
- _____; RODRIGUEZ, R. C. M. C. ; LEITE, Maria Cecília . Políticas educacionais: entre a autoria e o controle. In: IX Seminário Internacional de La Red Estado, 2012, Santiago do Chile. Anais do IX Seminário Internacional de La Red Estrado, 2012.
- FARENZENA, N.; SCHUCH, C. C. T.; MOSNA, R. M. P. Implementação do Plano de Ações Articuladas em municípios do Rio Grande do Sul: uma avaliação. In: **25º SIMPÓSIO BRASILEIRO E 2º CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**, São Paulo, 2011. São Paulo, 2011.
- FONSECA, M.; OLIVEIRA, J. F. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE): modernização, diretividade e controle da gestão escolar. In: **26ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO - ANPED**, Poços de Caldas, 2003. Anais 2003. Poços de Caldas: ANPED, 2003.
- MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. Todos pela educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil do século XXI. In: 31ª reunião anual da ANPED. 2008. Acessado em 12 dez. 2012. Online. Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/trabalho_gt_09.html. Acesso em dez/2011.